

A articulação histórico-discursiva entre neoliberalismo e Frente Parlamentar Evangélica no Brasil

The Historic and Discursive Relation Between Neoliberalism and Evangelicals Politics in Brazil

Danilo Mendes¹

RESUMO

O presente artigo se volta à análise das relações entre evangélicos e neoliberalismo a fim de compreender como se articula teologicamente a recente aproximação entre eles, visível, sobretudo, na atuação da FPE. Temos por hipótese que o conceito de família está no fundamento dessa aproximação e permite explicar, de modo bastante plausível, a guinada à direita que parece definitiva. Para testar essa hipótese, partimos de uma breve história da relação entre evangélicos e neoliberalismo. Esse eixo segue uma linha histórico-investigativa, sublinhando pontos chave de aproximação entre eles. Em seguida, verificamos como a votação da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados é exemplar para compreendermos a aproximação discursiva com o neoliberalismo, dando ênfase à centralidade do termo família na votação. Nesse ponto, indicamos como os discursos se conectam e retroalimentam, formando um tipo sólido de casamento. Pretendemos, assim, destrinchar como essa relação toma forma em nível discursivo na FPE.

Palavras-chave: Frente Parlamentar Evangélica; Religião e Política; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This article focuses on the analysis of the relations between evangelicals and neoliberalism in order to understand how the recent rapprochement between them is theologically articulated, and visible, above all, in the performance of the FPE. We hypothesize that the concept of family is at the foundation of this approximation and allows us to explain, in a very plausible way, the turn to the right that seems definitive. To test this hypothesis, we start from a brief history of the relationship between evangelicals and neoliberalism. This axis follows a historical-investigative line, underlining key points of approximation between them. Next, we verify how the vote on the admissibility of impeachment of the President Dilma Rousseff in the Chamber of Deputies is exemplary for understanding the discursive approach to neoliberalism, emphasizing the centrality of the term family in the vote. At this point, we indicate how the discourses connect and feed each other, forming a solid type of marriage. Thus, we intend to unravel how this relationship takes shape at the discursive level in the FPE.

Keywords: Frente Parlamentar Evangélica; Religion and Politics; Neoliberalism.

Introdução

¹ Doutor e mestre em ciência da religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Fez estágio de pós-doutorado na Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Teologia e Filosofia. Contato: danilo.smendes@hotmail.com

17 de outubro de 2002, dez dias antes da votação do segundo turno nas eleições, o pastor Silas Malafaia aparece ao lado de Lula, candidato à presidência. Malafaia faz um discurso apaixonado dizendo que ninguém pode falar em nome da igreja evangélica ao apoiar um candidato ou outro. O máximo que pode ser feito, em suas palavras, é reconhecer que um pastor apoia um candidato. Sua fala, com essas devidas ressalvas, indica a seguinte conclusão: Lula não é o candidato da Assembleia de Deus, mas é o candidato de Silas Malafaia, que se refere a ele como “homem capacitado e temente a Deus” (Lima, 2022). Vinte e três anos depois, no mesmo 17 de outubro, mas agora de 2025, o pastor Silas Malafaia publica um vídeo em suas redes sociais dizendo veementemente que “um cristão verdadeiro não apoia Lula” (Auri, 2025). De fato, as mais de duas décadas de distância entre uma fala e outra são suficientes para que se transformem as relações com uma pessoa, sobretudo um político que, nesse período, enfrentou 3 mandatos presidenciais e 580 dias preso. Contudo, parece-nos que essa alteração tão extremada de posição se baseia em algo mais profundo do que uma mera mudança pessoal de opinião.

Os vinte e três anos de distância entre uma fala e outra de Silas Malafaia marcam também o tempo de existência da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), criada em 2003, ainda que a presença de evangélicos² na política nacional brasileira se note de antes, com especial destaque para os debates acerca da constituição de 1988 (Rocha; Silva; Alves, 2021). Em nossa leitura, as falas de Malafaia são paradigmáticas para compreender a relação entre os evangélicos e o neoliberalismo no Brasil, uma vez que elas indicam um processo de afastamento da esquerda, simbolizada pelos governos de Lula, e uma aproximação crescente com a direita em nosso país. Entretanto, mais do que compreender como essa relação se constituiu historicamente, o objetivo deste artigo é investigar como, ao longo da história, essa relação se articula. Nesse sentido, o olhar do artigo se volta a parte da história da FPE para pensar como as afinidades teológicas entre ela e o neoliberalismo foram sendo construídas em nível discursivo.

Assim, o presente artigo se volta à análise das relações entre evangélicos e neoliberalismo a fim de compreender como se articula teologicamente a recente aproximação entre eles, visível, sobretudo, na atuação da FPE. Temos por hipótese que o conceito de família está no fundamento dessa aproximação e permite explicar, de modo bastante plausível, a guinada à direita que parece definitiva. Para testar essa hipótese, partimos de uma breve história da relação entre evangélicos e neoliberalismo. Esse eixo segue uma linha histórico-investigativa, sublinhando pontos chave de aproximação entre eles. Em seguida, verificamos como a votação da admissibilidade do impeachment na Câmara dos Deputados é exemplar para compreendermos a aproximação discursiva com o neoliberalismo, dando ênfase à centralidade do termo família na votação. Nesse ponto, indicamos como os discursos se conectam e retroalimentam, formando um tipo sólido de casamento. Pretendemos, assim, destrinchar como essa relação toma forma em nível discursivo na FPE.

1. A história de uma relação

Historicamente, o termo neoliberalismo surge em 1938, no colóquio Walter Lippmann³ e desde então foi aprofundado enquanto teoria econômica e prática social. No

² Heuristicamente, tomamos o termo “evangélicos” como a soma de grupos protestantes, pentecostais e neopentecostais (Mendonça, 2006).

³ Dardot e Laval exploram o surgimento e o colóquio no capítulo “O Colóquio Walter Lippmann ou a reinvenção do liberalismo” de *A Nova Razão do Mundo* (Dardot; Laval, 2016).

primeiro caso, figuram economistas como Ludwig von Mises⁴ e Friedrich Hayek. No segundo, agentes políticos que deram vida a essa teoria como Margaret Thatcher, Ronald Reagan e Augusto Pinochet. Isso nos indica que mais do que uma simples ideologia discursiva, o neoliberalismo tem sido, desde a década de 1970 pelo menos, testado e aplicado em diversas nações do globo, em maior ou menor grau. No Brasil, há um processo de neoliberalização que surge na década de 1990 e ainda pode ser reconhecido em diversas ações ainda hoje (Andrade, 2022). Antes de chegar ao país, entretanto, o neoliberalismo já havia se relacionado, historicamente, a certos paradigmas ligados a grupos protestantes e pentecostais, sobretudo nos Estados Unidos. Para pensarmos nessa jornada, interessa, antes, partir da indicação de Wendy Brown sobre o que representa o neoliberalismo:

O termo “neoliberalismo” foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann, em 1938, uma reunião de acadêmicos que lançou as bases político-intelectuais daquilo que, uma década depois, se tornaria a Sociedade Mont Pèlerin. O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarefas amigáveis para investidores estrangeiros (Brown, 2019, p. 28-29).

A proposição conceitual de Brown se fundamenta mais nas práticas sociais da teoria neoliberal do que propriamente de um diálogo com seus teóricos. É certo, todavia, que eles não são ignorados, mas a autora se volta a conceituar a partir das experiências chilenas, estadunidenses e inglesas. Há quatro aspectos que, na afirmação, nos auxiliam a entender o que é neoliberalismo, partindo da ideia de que, além de teoria, ele é um conjunto prático de políticas públicas: a) privatização do público; b) redução do Estado social; c) desregulamentação do trabalho e do capital; e d) benefícios fiscais para investimento estrangeiro. Essas são as consequências mais diretas para a economia da adoção do neoliberalismo. Andrade (2022), ao analisar o processo no Brasil, aponta fatos que corroboram com essa sumarização proposta por Brown, como por exemplo “a mudança do papel do Estado na economia, passando de produtor para regulador” (Andrade, 2022, p. 680).

Esse conjunto de políticas privatistas, entretanto, não contém a totalidade das consequências do avanço neoliberal na economia. A desregulamentação do trabalho e do mercado, promovida pelo próprio Estado, tem como efeito direto o desmantelamento da sociedade. Tal desmantelamento se dá em cinco frentes, para Brown: a) epistemologicamente; b) politicamente; c) legalmente; d) eticamente; e e) culturalmente. No primeiro caso, o exemplo máximo é de Margaret Thatcher e a afirmação de que “essa coisa de sociedade não existe” (Magnoli, 2013), isto é, a negação da própria possibilidade de existência da sociedade indica a tentativa de seu desmantelamento epistemológico⁵. O desmonte político se dá pela própria ideia de privatização do público. O legal, por sua vez, se explica no apelo à “liberdade” como contestação dos limites de proteção do outro — um caso facilmente exemplificado pela recorrência do apelo à liberdade de expressão como fundamento para ultrapassar barreiras legais como a homofobia e o racismo. O desmonte ético neoliberal se coloca através da objeção à justiça social, como se essa se colocasse para além de uma ordem natural das coisas. Por fim, o desmonte cultural se constitui a partir do processo de “desmassificação”, isto é, a

⁴ Uma interessante investigação acerca dos pressupostos mítico-teológicos da teoria econômica de Mises foi empreendida em *A mentalidade anticapitalista* (Moura de Sá, 2020).

⁵ Aqui, devemos nos perguntar se o desmantelamento da sociedade não encontraria ressonância em certo tipo de individualismo proveniente da chegada do protestantismo ao Brasil, como demonstra Mendonça (1995, p. 136-146). Esse casamento entre evangélicos no país e neoliberalismo seria um tipo de novo acordo entre a antiga ética protestante e o “espírito” do capitalismo (Weber, 2004).

tentativa de reorganizar a sociedade de modo que indivíduos e grupos não se fundam em massas políticas capazes de pressionar ou dominar o Estado. Aqui encontramos as consequências do neoliberalismo no terreno do social: da destruição da ideia de sociedade à tentativa de impossibilitar a organização de indivíduos em grupos, o neoliberalismo se mostra como um ataque direto às redes de solidariedade e justiça que constituem a democracia. Por isso, Wendy Brown associa o crescimento do neoliberalismo à ascensão de uma cultura política antidemocrática.

Ainda que tais políticas cheguem ao Brasil por volta de década de 1990, diz-nos Daniel Pereira Andrade, “Sem dúvida é possível remeter à época da Ditadura Militar a circulação de saberes, a definição de políticas e a construção de parte do arcabouço jurídico e institucional que permitiria a posterior emergência do neoliberalismo no Brasil” (Andrade, 2022, p. 679). É também nessa época que os evangélicos começam a se associar à política com um pouco mais de presença, ainda que sem a força institucional na maior parte dos casos⁶. O momento de virada na presença evangélica na política brasileira, entretanto, se dá na formação da assembleia constituinte em 1986. Nesse ponto, marcado pela publicação do livro *Irmão vota em irmão* de Josué Sylvestre, ligado à Assembleia de Deus, os evangélicos conseguiram eleger 32 parlamentares, que se dividiram entre as diversas comissões que discutiam o texto da nova Constituição Federal. Foram, já à época, priorizadas pautas consideradas de costume, como as ligadas ao público LGBT+ e ao direito ao aborto (Rocha, 2024).

No governo de José Sarney, os deputados evangélicos, já organizados, se propuseram a um tipo de fisiologismo baseado na troca de favores com o governo visando, sobretudo, novas concessões para emissoras de rádio e de televisão evangélicas. Data desta época, por exemplo, a compra da Rede Record por Edir Macedo (Rocha, 2024). André Ítalo Rocha ilustra essa situação com uma interessante anedota que envolve José Genoino do PT e o deputado Antônio de Jesus do PMDB:

Em vez de serem o “sal da terra”, mostraram-se bem adaptados aos velhos hábitos de Brasília. A duas semanas da promulgação da Carta, quando o pastor Antônio de Jesus foi ao microfone de apertês do Congresso para comemorar o fato de que a bancada evangélica seria reforçada por um “irmão em Cristo” que iria assumir uma cadeira no parlamento como suplente, recebeu de volta uma provocação de Genoino: “Lá se vão mais uma rádio, mais um canal de TV...” (Rocha, 2024).

Esse caso, retratado também por jornalistas na ocasião (Folha de S. Paulo, 1988), ilustra bem tanto o fisiologismo a partir do qual os evangélicos atuavam no Congresso quanto o estigma que começava a circular entre os parlamentares acerca do modo de atuação do grupo. Subjacente a esses dois fatos, encontramos também uma ligação que se estabelece desde o princípio da relação entre evangélicos e política no Brasil: a ligação com o “Centrão”⁷. Data, portanto, dessa época o apoio da bancada ao governo de José Sarney, seja em sua proposta de governo de 5 anos, sustentada integralmente pela bancada, seja em suas propostas de “modernização” do país por meio de privatizações e liberalização do comércio (Saad Filho; Moraes, 2018). A adoção de um posicionamento governista por parte da bancada evangélica pode já ser considerada uma aproximação com o neoliberalismo, ainda que de modo muito mais pragmático do que propriamente ideológico. Com as propostas de Collor, ainda

⁶ Uma notável exceção é o caso de Levy Tavares, pastor da igreja Brasil para Cristo, eleito em 1962 que manteve seu mandato até o Ato Institucional nº 5, que fechou a Câmara dos Deputados (Rocha, 2024).

⁷ Pensamos o “Centrão” como um bloco informal e pragmático de partidos e parlamentares que atua principalmente para acumular poder institucional e acesso a recursos do Estado, mais do que para defender uma ideologia consistente de “centro”. Nesse grupo, o pragmatismo vale mais do que uma ideologia política.

mais neoliberais do que as de Sarney, essa aproximação se aprofunda. Ainda antes das eleições, diz Rocha, “A maioria das igrejas preferiu se posicionar apenas no segundo turno — e o favorito acabou sendo Collor, com seu discurso moralista, contra a corrupção, que contrastava com Lula, associado ao comunismo e a uma suposta perseguição que faria contra os cristãos” (Rocha, 2024). Esse registro nos mostra que a complexidade dessa relação impossibilita a adoção de um discurso simplista: ao mesmo tempo que as igrejas se aproximam de um candidato por conta de um discurso moral, as consequências dessa aliança se propagam pelo campo socioeconômico.

Em 2002, como ilustramos na introdução deste artigo, os evangélicos dão um passo leve à esquerda para se aproximar de Lula. Ali, além de figuras importantes como Malafaia e Edir Macedo, também representantes do meio político se engajaram para que Lula fosse eleito pela primeira vez, como Magno Malta, pastor e senador à época, em uma missão para “dessatanizar” Lula (Leal, 2003). Esse apoio, mais uma vez, não chega desacompanhado de interesses que se estabeleceram por meio do já tradicional pragmatismo da bancada na câmara. O grupo queria fazer parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e indicou dois nomes que foram integrados aos 102 representantes da sociedade civil que assessorariam o presidente em questões sociais: Silas Malafaia, da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e Nilson Fanini, da igreja Batista. Essa aproximação com o governo pode também ser analisada pelos números de parlamentares evangélicos em relação a seu engajamento: 59 deputados federais eleitos e três senadores. Desses, 39 faziam parte da base do governo (Rocha, 2024). Esse momento político possibilitou que a organização dos deputados evangélicos desse um passo importante: a constituição de sua frente parlamentar (FPE).

Economicamente, o país entrou em um novo momento de relação com o neoliberalismo. Se antes a agenda neoliberal era implementada diretamente por escolhas governamentais, o surgimento de uma nova classe média, graças à valorização do salário mínimo e do consequente aumento do poder de compra, o neoliberalismo começa a deixar de ser uma política econômica e se torna uma ideologia de trabalho. Nas palavras de Andrade: “A novidade agora era o fim do sonho da cidadania salarial, com o deslocamento do trabalho (inclusive o formal) dos dispositivos do emprego para as formas variadas de trabalho precário, intermitente e descontínuo [...]” (Andrade, 2022, p. 691). Aqui, o processo de desregulamentação do trabalho, típico do neoliberalismo, atinge o tecido social de tal modo que transforma o sentido da estabilidade laboral para essa classe média emergente. Símbolo desse acesso por meio do consumo, que funda a nova classe média, é a redução de impostos, como o IPI, em diversos bens de consumo. Grande parte dos evangélicos foi atingida por essa mudança econômica no país, uma vez que, sobretudo nas igrejas pentecostais, a maioria dos fiéis pertencia às classes de menor renda.

Se por um lado, a recém formada FPE tendia a ser mais governista e, assim, atuava no projeto de inclusão pelo consumo, por vezes diretamente e em outras indiretamente, no campo social sua atuação parecia ser mais forte. Andrade (2022) analisa que as igrejas, sobretudo as neopentecostais, têm influência direta na formação ideológica de um pensamento neoliberal em relação ao mundo do trabalho. Nesse ponto, mais do que um certo desmantelamento da sociedade, pesa a lógica de “liberdade” econômico-laboral que se desenvolvia por meio do empreendedorismo. Para o autor, essa valorização da criatividade encontra o discurso neopentecostal como catalizador e propagador direto de suas ideias. O trecho abaixo explica sua leitura.

As religiões neopentecostais também contribuíram para a produção de um empreendedorismo de baixo para cima nas periferias das grandes cidades e no interior do país, surfando na onda do aumento do poder de compra dos estratos inferiores de renda. Se o neoliberalismo precisa da liberdade

como sua condição de possibilidade, a agência dos governados no neopentecostalismo retroalimentou o neoliberalismo ao definir uma prática da fé que racionalizava a vida cotidiana, instando ao cumprimento de desafios semanais, ao estabelecimento de metas conforme grupos específicos e à valorização do próprio capital humano. Além disso, igrejas como a Universal (IURD) desestimularam a permanência em empregos formais que implicavam subordinação ao patrão, substituindo o sonho progressista da estabilidade e do acesso a direitos pelo estímulo ao empreendedorismo no mercado informal, ainda que na figura precária do empreendedor da ralé (Andrade, 2022, p. 694).

A partir desse ponto de apoio, mais no nível ideológico do que propriamente da prática política de deputados, começa a haver uma nova cisão entre evangélicos e a esquerda moderada que os primeiros governos de Lula simbolizaram. Os dados sobre o apoio de deputados evangélicos durante os mandatos de Dilma Rousseff ilustram essa separação: “41 deputados evangélicos que estiveram na Câmara durante as duas gestões da petista, 26 diminuíram, no segundo mandato, o grau de apoio às posições que o governo tomava em discussões de projetos em Brasília” (Rocha, 2024). Essa mudança de posição indica também uma nova configuração que tomou forma na última década: a FPE se afasta do comportamento puramente pragmático que caracterizou a maior parte de sua atuação até então e se volta com ainda mais força para um comportamento ideológico, agora para além de pautas morais. Rocha indica que esse período, de guinada à direita, inaugurou essa mudança de modo mais definitivo, desaguando na busca, em 2018, por um presidente que representasse os valores ideológicos do grupo. Antes disso, entretanto, a presidenta Dilma Rousseff foi impedida — e esse é o momento, a nosso ver, que a virada não apenas à direita, mas uma conversão ao neoliberalismo, se mostra com ainda mais clareza.

2. Em nome de Deus e pela família

O dia da votação da admissibilidade do processo do impeachment de Dilma Rousseff no congresso nacional foi marcado pelos pequenos discursos de cada deputado que justificavam seus votos. Durante mais de quatro horas de sessão, 504 deputados votaram fazendo discursos de pouco mais de 1 minuto, em média. As justificativas variavam entre a base eleitoral dos deputados, a justiça, personagens históricos como Ulysses Guimarães e Zumbi dos Palmares, classes profissionais como médicos e advogados e, é claro, Deus. O primeiro deputado a votar foi Washington Reis, à época do PMDB-RJ, que precisaria se ausentar em pouco tempo por motivos de saúde. Membro da FPE, fiel da Assembleia de Deus, o deputado deu o tom do que seriam as justificativas para os votos dali em diante. Suas palavras foram: “Senhor presidente, que a partir de amanhã, segunda-feira, Deus possa derramar muitas bençãos sobre o nosso Brasil e sobre o nosso povo brasileiro. Eu voto a favor” (MPETV, 2016, 8:44). A votação terminou com 137 votos contrários e 367 votos de deputados favoráveis, entre os quais havia 75 evangélicos, um percentual de quase 94% de adesão.

Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro (2018) propõem uma interessante interpretação acerca das justificativas do voto dos deputados. A partir de um minucioso exame da transcrição da longuíssima sessão da Câmara, eles afirmam que o pequeno discurso de cada deputado, na maior parte das vezes, se esquivou da razão administrativa do processo de afastamento, mas “remeteram a ideais e valores de ordem moral, sobretudo a defesa da moral tradicional, que estaria em perigo com a continuidade do governo de Dilma Rousseff” (Prandi; Carneiro, 2018, p.18). Esse tipo de moralização do debate, além de favorecer os evangélicos eleitos, uma vez que historicamente a sua preocupação gira em torno de assuntos

dessa esfera, também tensiona a substituição da ordem técnico-administrativa pela ordem moral. Em outras palavras, a justificativa dos votos demonstra que a preocupação subjacente aos discursos era a do perigo que um governo de esquerda representava. Lembremos que foi no governo de Dilma Rousseff que ocorreu a celeuma em torno do chamado “kit gay”⁸, cuja distribuição foi suspensa pela presidenta após um protesto feito pela bancada evangélica (Flor, 2011), conforme narra André Ítalo Rocha:

Quando passou a de fato sentar na cadeira de presidente da República, Dilma Rousseff mostrou boa vontade com a bancada evangélica. Logo nos primeiros meses, viu-se no centro de uma polêmica envolvendo um material que o Ministério da Educação havia preparado para combater a homofobia nas escolas públicas, chamado, de forma pejorativa, de “kit gay”. A bancada evangélica não gostou do que estava sendo proposto e exigiu que Dilma agisse para barrar a ideia. Em reunião com o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, lideranças da bancada ameaçaram travar a pauta no Congresso caso a presidente não fizesse nada. Os parlamentares alegavam que o material iria estimular a homossexualidade entre os estudantes. Um deles era Garotinho, que estava em seu primeiro mandato como deputado federal e disse a Carvalho que a bancada evangélica não votaria “nada” no Congresso até que o governo recolhesse os vídeos que faziam parte do kit (Rocha, 2024).

Mais do que um caso anedótico, o “kit gay” ilustra bem o momento moralizador em que vivia o país bem como o clima conservador que se refletiu diretamente na votação favorável à admissibilidade do impeachment. Os dados levantados e analisados por Prandi e Carneiro auxiliam na compreensão mais profunda da questão. As justificativas dos votos, por eles interpretadas, indicam certas tendências dentro da FPE, sobretudo em relação aos temas que envolvem tradição. Enquanto 38,2% dos deputados (195) citaram o Brasil em sua justificativa (“voto pelo Brasil” ou variações), 38,8% dos deputados evangélicos. Aqui, notamos que há certa paridade entre o grupo geral de deputados e a atuação dos deputados evangélicos. Entretanto, quando passamos para justificativas como a “família”, seja como conceito abstrato seja simbolizada por familiares do parlamentar (“pelos meus filhos”, por exemplo), e “Deus”, a diferença entre a atuação geral e a da FPE passa a ser mais significativa. No apelo à família como justificativa, temos 26,6% em geral e 31,5% em deputados evangélicos; nos votos em nome de Deus, passamos de 9% para 32,5%⁹ (Prandi; Carneiro, 2018, p. 16). Na análise de Prandi e Carneiro, “Evangélicos seguem centrados preferencialmente em questões que remetem à tradição. Não é de se estranhar, portanto, o número reduzido ou nulo de vezes em que membros da Bancada Evangélica que votaram ‘sim’ e se referiram a temas como democracia [...]” (Prandi; Carneiro, 2018, p. 17).

A reatividade não parece ser, nesse ponto, apenas um modo de lidar com a situação política, mas parece ser a força motriz que leva a FPE a se organizar. Por isso, Quadros e Madeira (2018) indicam que a bancada evangélica, juntamente com a bancada da bala, se aproxima de uma direita que perdeu a vergonha de se denominar aproveitando os espaços deixados pela falta de representatividade de pautas conservadoras. Nas palavras dos autores, “uma direita conservadora liderada por novos atores tenta ocupar seu espaço sem vergonhas ideológicas, aproveitando-se [...] do potencial eleitoral que pode vir a ter a defesa de valores

⁸ O “kit gay”, na verdade, era um conjunto de materiais didáticos e informativos do Programa Escola Sem Homofobia que seria distribuído em todo território nacional. O termo pejorativo, adotado inclusive pela imprensa, foi criado por um assessor da FPE, o pastor Josué Alves (Rocha, 2024).

⁹ A justificativa mais usada pelos 504 votantes foi em nome de suas respectivas bases eleitorais (62,8%). O Brasil encontra-se em 2º lugar, a família em 3º e Deus em 11º (Prandi; Carneiro, 2018, p. 9).

que passaram a sofrer contestação nos últimos anos” (Quadros; Madeira, 2018, p. 516-517). Aqui, o ponto chave dessa aproximação se entende pelo potencial eleitoral de um grupo que parece sentir-se ameaçado pela perda de direitos ou, por outro lado, pelo ganho de direitos de grupos opostos politicamente. Não se pode esquecer que, mais do que um momento ideologicamente favorável, a criação da FPE se liga diretamente à proposta de um novo Código Civil, cuja reação conseguiu alterar seu texto, que então compreendia as igrejas como associações e passou a compreendê-las como pessoas jurídicas de direito privado¹⁰.

A aproximação a questões de tradição indica mais uma vez a tendência à moralização que destacamos acima. O crescimento, todavia, das justificativas dos votos em nome de Deus não nos parece motivo de espanto. Ora, é esperado que religiosos manipulem seus símbolos em momentos ímpares como este e, mais do que isso, imprimam a sua fé como fundamento de sua ação parlamentar. Isso se aprofunda ainda mais no caso de deputados como a maior parte dos evangélicos, cuja ação se volta, sobretudo, à defesa da tradição. Embora esteja em menor grau, a diferença entre esse grupo e o total de deputados que cita a família nos parece mais relevante. O aumento de quase 5% proporcionais aos grupos parece indicar que o tema possui certo apelo dentro da bancada evangélica e, conseqüentemente, de seu eleitorado. Em nossa leitura, esse crescimento deve ser levado a sério como mais do que mero incidente: ele nos indica que o conceito de família aproxima a ação parlamentar de evangélicos com o neoliberalismo. Um dos motes de campanha que seria adotado por Jair Bolsonaro une as pontas do discurso evangélico: “Deus, pátria e família”. Como ilustração, podemos pensar no voto do deputado Pastor Eurico, do PHS-PE: “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é ‘sim’” (Prandi; Carneiro, 2018, p. 6). Não podemos esquecer, nesse ponto, que o apoio ao impeachment de Dilma Rousseff ainda reflete o caráter pragmático que caracteriza a atuação da FPE, visto que a popularidade da presidente já estava em queda quando a bancada “pulou do barco”. Esse pragmatismo característico da atuação da FPE é o motivo pelo qual Rocha (2024) coloca como subtítulo de seu livro “uma história de conversões políticas”: Lula é convertido em aliado quando alçado à presidência em 2002, mas depois convertido em inimigo novamente, para ficarmos em apenas um exemplo. Tal “conversionismo” da atuação da bancada se alia, portanto, ao seu discurso conservador para estabelecer um nexos entre seus eleitores e seus pares do Centrão.

Essa mescla é característica do comportamento neoliberal que se apoia sobre um tipo ambíguo de relação entre política econômica e política social: “O entusiasmo pelo mercado é tipicamente animado por sua promessa de inovação, liberdade, novidade e riqueza, enquanto uma política centrada na família, religião e patriotismo é autorizada pela tradição, autoridade e moderação” (Brown, 2019, p. 110). Isso indica que, por um lado, o livre mercado traz inovações para a sociedade, enquanto, por outro, a tradição estabiliza o *status quo*. Ainda de modo mais radical, o neoliberalismo constitui uma ofensiva contra a ideia de sociedade, chamada anteriormente de desmantelamento, que institui o conceito de família como novo paradigma para a nação, juntamente com a figura da empresa. Assim, o espaço público não seria mais o social, mas uma mera extensão do espaço individual e familiar. Como lembra Brown: “O infame dito de Thatcher de que ‘não existe tal coisa como a sociedade’ conclui, afinal: ‘há apenas indivíduos e suas famílias’ (Brown, 2019, p. 141).

A tentativa de reconfiguração do público, na visão de Brown, contribui diretamente para o crescimento de movimentos antidemocráticos, já que pressupõe que a familiaridade como base para ação política o que, por consequência, gera uma exclusão de todo outro não

¹⁰ As reações às mudanças empreendidas pelo novo Código Civil foram analisadas de forma bastante completa em Mariano (2006).

familiar — o estrangeiro, o negro, a pessoa LGBT+, a mulher etc. Nas palavras da autora, “Quando a nação é privatizada e familiarizada deste modo, ela se torna legitimamente iliberal quanto a *insiders* aversivos e *outsiders* invasivos; assim, o neoliberalismo planta as sementes de um nacionalismo que ele formalmente abjura” (Brown, 2019, p. 143). A tentativa de extensão da família como nação, em outras palavras, torna o diferente um inimigo em potencial. Por isso não há contradição, na ótica neoliberal, entre família e pátria: esta não é mais do que o prolongamento daquela e, mais, da lógica daquela. Assim, a pátria é governada sob a política do medo do outro e sob o signo de sua exclusão. Todo movimento que se propõe à alteração da ordem, nesse sentido, passa a ser interpretado como uma grave ameaça — agora não apenas à nação, mas à própria família! Por isso, uma campanha contra a homofobia, seguindo o exemplo anterior, vira ocasião para grandes debates acerca dos perigos à família.

A socióloga Melinda Cooper nos auxilia na compreensão acerca da importância da família tanto para grupos neoconservadores¹¹ quanto para os neoliberais. Em suas palavras, essa ligação surge diante da tentativa redistributiva, incluindo uma renda básica para os cidadãos estadunidenses, empreendida por Richard Nixon, na década de 1970. A partir da oposição às políticas de bem-estar social, neoliberais e neoconservadores têm posições diferentes, mas que se encontram em um ponto:

Enquanto os neoliberais defendiam uma redução contínua das verbas destinadas ao bem-estar social — com o intuito de minar qualquer possibilidade de que o “salário social” pudesse competir com o salário do livre mercado —, os neoconservadores apoiavam uma ampliação do papel do Estado na regulação da sexualidade. Apesar de suas diferenças, no entanto, neoliberais e neoconservadores convergiam na necessidade de reinstaurar a família como fundamento da ordem social e econômica¹² (Cooper, 2017, tradução nossa).

Há dois aspectos que devem ser sublinhados nessa citação: por um lado, os neoliberais se voltam à questão da família por meio do aspecto econômico, que se baseia no aumento do salário, tornando-o competitivo no livre mercado; por outro, os neoconservadores se voltam à família como fundamento social que estaria sendo atacado nas lutas por direitos ligados a questões de sexo e gênero, como a legalidade do aborto e da união de pessoas do mesmo sexo. Ambas aqui, assim como no caso brasileiro de “uma volta à direita” (Rocha, 2024) da bancada evangélica, parecem se opor à construção, ainda que teoricamente esparsa, de uma “nova esquerda” — ao mesmo tempo economicamente reguladora e socialmente progressista. Nesse ponto, a união entre neoconservadores e neoliberais em torno da família é bastante pragmática. Por mais que ela se dê por motivos diferentes, a convergência se assegura na contraposição a um inimigo comum que supostamente destruiria a família. Essa é a razão pela qual Cooper insiste que “neoliberalismo e neoconservadorismo podem ser diametralmente opostos em muitas coisas, mas na questão dos valores familiares eles revelam uma afinidade surpreendente¹³” (Cooper, 2017).

¹¹ O neoconservadorismo pode ser entendido como a junção entre os valores conservadores, dentre os quais a defesa da família se destaca, com uma política externa intervencionista, que proclama a importância das guerras e de ataques a territórios estrangeiros como meio de defender o “Ocidente judaico-cristão”. Sobre a história do neoconservadorismo no Brasil e nos EUA, ver Lacerda (2019).

¹² No original: “While neoliberals called for an ongoing reduction in budget allocations dedicated to welfare — intent on undercutting any possibility that the social wage might compete with the free-market wage — neoconservatives endorsed an expanding role for the state in the regulation of sexuality. Despite their differences, however, neoliberals and neoconservatives converged on the necessity of reinstating the family as the foundation of social and economic order”.

¹³ No original: “Neoliberalism and neoconservatism may be diametrically opposed on many issues, but on the question of family values, they reveal a surprising affinity”.

Dardot e Laval corroboram com essa leitura. Devido ao seu ponto de vista mais marxista, os autores apontam que a união entre neoliberais e neoconservadores em torno da família não se constrói apenas por uma afinidade eletiva ideológica, mas como uma resposta a um problema econômico:

A principal causa da grande crise social e moral do Ocidente que conduz direto ao coletivismo deve-se ao fato de que o quadro social não é suficientemente sólido. Não foi a economia de mercado que não funcionou, foram as estruturas de enquadramento que cederam. [...] Qual é o remédio, então? Se a economia de mercado é como um vazio, convém consolidar novamente as bordas, adotar uma política que “visa a uma maior solidez do quadro sociológico-antropológico”. Esse “programa sociológico” compreende diversas vias — descentralização, desproletarização, desurbanização —, todas tendendo a um objetivo comum: uma sociedade de pequenas unidades familiares de habitação e produção, independentes e concorrendo umas com as outras. Cada indivíduo deve ser inserido profissionalmente num quadro de trabalho que lhe garanta independência e dignidade. Em uma palavra, cada indivíduo deve gozar das garantias oferecidas pela pequena empresa ou, melhor, *cada indivíduo deve funcionar como uma pequena empresa* (Dardot; Laval, 2016, grifo dos autores).

Aqui, o ponto fundamental gira em torno das estruturas familiares que servem de base para o projeto neoliberal de desmantelamento neoliberal da sociedade. A lógica que transforma os indivíduos em empresas visa agir naquela lógica da família indicada anteriormente por Brown (2019, 143). Na medida em que neoliberais e neoconservadores insistem que o problema não é da ordem do sistema econômico, isto é, do capitalismo, mas social, a sua resolução não deve passar por uma mudança estrutural da economia, mas na sua forma de organização social. Essa lógica empresarial-familiar, indicada pelos autores, possui um caráter intrinsecamente totalitário na medida em que reduz a lógica das relações sociais à lógica de negócios como se, no limite, todas as interações (de amizade, por exemplo) deversem seguir uma ética empreendedora. Críticos recentes do capitalismo têm pensado as consequências desse “empreendedorismo de si” (Han, 2017, p. 23-30) e de uma “ontologia empresarial” (Fisher, 2020, p. 32-39) e seus desdobramentos na cultura. Nesse ponto, a bancada evangélica se reencontra com o neoliberalismo a partir de sua chamada ao empreendedorismo (Andrade, 2022, p. 694).

A partir dessas articulações, pensamos a ideia de família como o ponto central de união entre neoliberais e Frente Parlamentar Evangélica. Enquanto a votação da admissibilidade do impeachment na Câmara dos Deputados ilustra a importância da família como justificativa de votação, ela nos dá indícios sobre essa centralidade. Ao mesmo tempo, ela também nos indica mais do que isso. Como salientam Prandi e Carneiro (2018, p. 18), a justificativa para os votos se colocaram para além dos motivos técnicos e jurídicos que estavam formalmente em pauta. Eles falavam sobre o impeachment, mas se direcionavam ao público eleitor e à exposição midiática que repercutiria por tempos ainda. Isso revela, por um lado, o modo de ação política da FPE: “os dados aqui expostos respaldam a interpretação de que a incursão dos evangélicos na política está ligada, acima de tudo, à defesa da tradição” (Prandi; Carneiro, 2018, p. 19). Por outro, revela que a reiterada referência à tradição (Deus, pátria e família) não é mais do que a busca por validação junto à base eleitoral: “É isso que a legitima [a bancada evangélica] junto aos fiéis e é por isso que os seus discursos se voltam, a todo momento, à reafirmação da defesa dos valores tradicionais” (Prandi; Carneiro, 2018, p. 19).

Em busca, portanto, de legitimidade, a FPE recorre à tradição como fundamento teórico de seu discurso. Ao fazê-lo, se aproxima de uma defesa da ideia de família que é também central para o projeto neoliberal de dismantelamento da sociedade. Observamos, portanto, que a lógica que aproxima a atividade política da FPE do neoliberalismo passa centralmente por essa ideia, de modo que a “defesa da família” tem como consequência direta uma afronta à sociedade civil enquanto espaço democrático de direitos plurais. Como observa Naiana Zaiden Rezende Souza, “A moral conservadora, com a defesa de ideais cristãos pela proteção da família tradicional brasileira e dos bons costumes, é a principal bandeira levantada pela bancada evangélica” (Souza, 2024, p. 54). A família tradicional se torna, na aliança com o neoliberalismo, a base da sociedade e a lógica de interação com o outro. Essa lógica se esconde no próprio vocabulário usado pelos parlamentares. Ora, não há por que promover uma “defesa” ou uma “proteção” da família se não há ninguém que a esteja atacando.

O “Manifesto à nação – O Brasil para os brasileiros”, publicado pela FPE em 24 de outubro de 2018, é particularmente interessante para ilustrarmos o modo como essa aliança se constrói. Na segunda página, ele diz que tradicionalmente a atuação da FPE se volta à “preservação dos valores cristãos e de defesa da família” (Manifesto, 2018, p. 2), entretanto, é hora de oferecer uma pauta mais propositiva, uma contribuição maior. O manifesto se coloca, então, como um documento programático do que a Frente esperava em sua atuação entre 2019 e 2022. Constituído em quatro eixos¹⁴, o manifesto pretendia normatizar a atuação de seus membros em três locais estratégicos: o campo jurídico, o campo fiscal e a educação. Na visão do manifesto, tudo isso contribuiria para um projeto maior, nomeado pelo primeiro eixo: a “modernização do Estado”. Como o texto nos revela, sem grandes surpresas, essa “modernização” não é mais do que uma defesa de uma prática política neoliberal. O manifesto revela quatro pontos para isso: “1.1. Enxugamento da máquina e racionalidade administrativa. 1.2. Desburocratização, governança e transparência. 1.3. Governo digital e efetividade dos serviços públicos. 1.4. Princípio constitucional da subsidiariedade e as parcerias com o setor privado” (Manifesto, 2018, p. 3). A ideia de eficácia governamental, típica do neoliberalismo, perpassa diferentes propostas como “racionalidade administrativa”, “desburocratização” e “efetividade dos serviços públicos”, por exemplo. Essa tentativa de eficiência leva diretamente à tentativa de esvaziamento do Estado por meio de “parcerias com o setor privado”. Isso fica ainda mais claro no preâmbulo deste eixo:

A atual estrutura orgânica tornou o Estado excessivamente intervencionista, gerador de déficits, incapaz de atender de forma eficaz às demandas da sociedade. Esvaziou, por causa do seu tamanho e complexidade, a capacidade de o Estado planejar suas políticas públicas. Tornou o Governo vulnerável no controle da corrupção, comum em estruturas excessivamente burocráticas. Por fim, contribuiu para a desmotivação de seus quadros de servidores e para a perda de sinergia e coordenação entre os órgãos que compõem a Administração Pública. Enfim, nos dias de hoje, mais do que ajudar, a principal tarefa do Estado é parar de atrapalhar o cidadão e, em especial, o empreendedor, única fonte de geração das riquezas do país. Sinergia é a palavra de ordem e eficiência, eficácia e efetividade são os desafios das instâncias de Governo (Manifesto, 2018, p. 5-6).

Aqui, novamente o empreendedorismo aparece como imagem que exemplifica a mescla entre discurso religioso e político. Para compreendermos essa fusão, não podemos esquecer que se trata de um manifesto publicado pela FPE, programando a atuação de parlamentares evangélicos e sob a justificativa de defesa da família e preservação dos valores

¹⁴ A saber, Modernização Do Estado, Segurança Jurídica, Segurança Fiscal e Revolução na Educação.

cristãos. Ainda mais, o que impele a Frente a propor esse manifesto é “a hora de darmos uma contribuição maior à sociedade, a qual seja consentânea aos mais de 45 milhões de eleitores brasileiros que professam a fé evangélica” (Manifesto, 2018, p. 2). O manifesto, nesse sentido, apresenta os valores que regem os mandatos da FPE: Deus, pátria, família e neoliberalismo. A desburocratização do Estado não é mais do que a tentativa de esvaziamento e desregulamentação da economia e do trabalho. “Eficiência, eficácia e efetividade” são os lemas que conduzem a um desmantelamento da ordem social em favor da lógica empresarial-familiar. O empreendedor como “única fonte de geração das riquezas do país” simboliza esse desmantelamento: mais do que a sociabilidade que marca a vida humana na Terra, o que gera riqueza é o indivíduo, o protetor da economia e da família — o único capaz de protegê-la¹⁵.

Considerações finais

Este artigo teve por interesse investigar como a Frente Parlamentar Evangélica e o neoliberalismo se articulam a partir de dois eixos. Em primeiro lugar, nos voltamos à história da relação entre eles, pensando conceitualmente no neoliberalismo e chegando na história da participação de evangélicos na política federal brasileira, sobretudo na Câmara dos Deputados. Posteriormente, partimos das justificativas da votação da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff como momento chave de virada à direita e de aproximação com o neoliberalismo. Nesse ponto, sublinhamos como a aproximação se dá de modo mútuo por meio da ideia de família: do lado neoliberal como um dispositivo mínimo de sociedade; do lado evangélico como símbolo da tradição patriarcal cristã. Dessa forma, buscamos corroborar com a percepção de complexidade da relação entre FPE e neoliberalismo, uma vez que ela passa por momentos ora mais ideológicos, ora mais pragmáticos, tendendo a uma crescente articulação com o conservadorismo ligado a outras bancadas, como a do agronegócio e a armamentista.

É certo que, ao longo dos últimos 50 anos de relação, neoliberais e evangélicos se articularam de muitos outros modos, muitas vezes mais ligados por atuações pragmáticas do que por motivos ideológicos. Todos esses fatores devem ainda ser investigados com maior profundidade para que a história dessa relação seja reconstituída com mais vigor e minúcia. Nosso objetivo, entretanto, se deu em outro sentido: identificar como as articulações discursivas se consolidaram principalmente a partir de 2016 com a forte oposição da FPE ao governo de Dilma Rousseff. Sublinhamos, portanto, a centralidade do conceito de família e buscamos, com isso, contribuir para o conjunto de trabalhos que investigam as relações entre religião e política, sobretudo as atuações de cristãos no poder público brasileiro.

Referências

ANDRADE, Daniel Pereira. Rodadas históricas de neoliberalização no Brasil. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 3, p. 675-708, 2022.

AURI VERDE BRASIL. **Silas Malafaia: Um verdadeiro cristão não apoia Lula**. 17 out. 2025. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WpCTy_aM6Q. Acesso em: 04 fev. 2026.

¹⁵ Uma importante interpretação sobre o Manifesto da FPE foi empreendida recentemente por Rodrigo Campos, Severo e Azevedo, destacando, sobretudo, “que a posição majoritária da FPE não parece ser algo conjuntural, mas sim uma longa marcha de construção extremista, abraçando tanto uma perspectiva neoliberal quanto autoritária” (2024, p. 21).

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. A ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Trad. de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAMPOS, Rodrigo Duque Estrada; SEVERO, Ricardo Gonçalves; AZEVEDO, Elizabeth Mendonça. “Manifesto à Nação – Brasil para os Brasileiros”: a atuação da Frente Parlamentar Evangélica na educação brasileira. **Religião e Sociedade**, v. 44, n. 2, 2024.

COOPER, Melinda. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. Livro eletrônico. New York: Zone Books, 2017.

DARDOY, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Livro eletrônico. Trad. de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Trad. de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FLOR, Ana. **Dilma suspende “kit gay” após protesto da bancada evangélica**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 maio 2011. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2011/05/920652-dilma-suspende-kit-gay-apos-protesto-da-bancada-evangelica.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. **Coluna Paineis**. São Paulo, 21 set. 1988.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LEAL, Luciana Nunes. Evangélicos reclamam, à espera do chamado de Lula. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2003.

LIMA, Bruna. Vídeo mostra Malafaia criticando religião na política e pedindo voto em Lula. **Metrópoles**, 26 out. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/video-mostra-malafaia-criticando-religiao-na-politica-e-pedindo-voto-em-lula>. Acesso em: 04 fev. 2026.

MAGNOLI, Demétrio. Essa coisa de sociedade não existe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 abr. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/essa-coisa-de-sociedade-nao-existe-8080595>. Acesso em: 04 fev. 2026.

MANIFESTO à Nação. **O Brasil para os brasileiros**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Na-cao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2026.

MARIANO, Ricardo. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 2, p. 77-99, 2006.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: ASTE, 1995.

MENDONÇA, Antonio Gouvea. Evangélicos e pentecostais: um campo religioso em ebulição. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). **As religiões no Brasil**, continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOURA DE SÁ, João Luis. **A mentalidade anticapitalista: investigações teológicas em Ludwig von Mises**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2020.

MPETV. **Votação do impeachment de Dilma em tempo real**. YouTube, 17 abr. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W2YBof8YIM4>. Acesso em: 09 fev. 2026.

PRANDI, Ricardo; CARNEIRO, João. **Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 33, n. 96, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zz6PRYyg6VWKKpVN3Psfx6N/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2026.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, p. 486–522, set./dez. 2018.

ROCHA, Antonia Rozimar Machado e; SILVA, Francisco Samuel Sousa e; ALVES, Amanda Barreto. A Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional: Representatividade política dos evangélicos?. **Revista Inter-Legere**, v. 4, n. 32, p. c25787, 2021.

ROCHA, André Ítalo. **A bancada da Bíblia: Uma história de conversões políticas**. Livro Eletrônico. São Paulo: Todavia, 2024.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. Livro Eletrônico. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUZA, Naiana Zaiden Rezende. **Religião e política: a frente parlamentar evangélica no Congresso Nacional**. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2024.

WEBER, Max. **A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo**. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em 17/02/2026

Aceito em 30/03/2026